

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

“ANÁLISE ECONÔMICA DOS ÚLTIMOS 20 ANOS, COM FOCO NA GESTÃO
DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF”.

LEONARDO LETA DA COSTA ROCHA

0820764

ORIENTADOR: MÔNICA DE BOLLE

**“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para
realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo
professor tutor.”**

DEZEMBRO DE 2013

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.”

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais e irmão pelo incentivo de sempre e suporte que me deram com os estudos, principalmente minha mãe, que mesmo tendo que trabalhar muito, nunca se negou a me ajudar quando necessário. Compartilho também com todos os meus familiares e amigos mais essa etapa da vida vencida. Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora Mônica de Bolle, pelo privilégio de poder tê-la dando o suporte necessário à minha pesquisa.

SUMÁRIO:

1.Motivação	5
2.Introdução	6
3.Metodologia	8
4. Breve resumo do FHC e as eleições de 2002	9
4.1 - Reformas Estruturais.....	9
4.2 - Transferência de renda.....	11
4.3 - Tripé Econômico.....	12
4.4 - Crises Internacionais.....	12
4.5 - Eleições de 2002.....	13
5. O governo Lula.....	15
5.1 - Reformas.....	17
5.2 - Crise de 2008.....	18
6. Governo Dilma	20
6.1 – Atuação do Banco Central.....	20
6.2 – Política Econômica.....	22
6.3 - Petrobras.....	23
6.4 - Interferência no Setor Elétrico.....	24
6.5 - A Questão Educacional.....	25
6.6 – Papel Errôneo do BNDES.....	26
7. Conclusão	28
8. Referências Bibliográficas	30

1. MOTIVAÇÃO

Apesar dos altos índices de popularidade obtidos nos dez anos de governo petista, oito anos com o presidente Luis Inácio Lula da Silva, e os últimos dois com a presidente Dilma Rousseff, me parece, nesse período, que o governo deixou de realizar reformas estruturais importantíssimas, que estão fazendo falta em um momento de crise internacional, em que a concorrência por mercado é ainda mais acirrada.

Analisar o impacto da perda de credibilidade do governo ao “abandonar” o tripé econômico, introduzido no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e que foi o principal pilar de sustentação para o forte crescimento no governo Lula ainda é bastante nebuloso, mas podemos tentar entender as possíveis consequências.

Ainda, a predileção pelo falido projeto do Mercosul, em detrimento a acordos bilaterais com Estados Unidos e/ou União Europeia me parece um contrassenso que o país mergulhou, enraizado por pensamentos pseudo-esquerdistas de mais de trinta anos atrás.

Por fim, mesmo diante desse cenário, entender e explicar o porquê de mesmo com todas essas escolhas de políticas públicas equivocadas, o governo petista obteve índices tão altos de popularidade.

2. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de fazer um breve resumo da história econômica recente, no período pós- ditadura. A partir de uma análise do governo FHC e suas reformas, tentar compreender a evolução da economia brasileira, e a base de sustentação para o forte crescimento que seria observado nos anos seguintes. Ainda, tentar explicar a vitória de Luis Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, bem como entender o porquê que ele virou esse “mito” de popularidade.

Compreender ainda as razões para o país, apesar de ter apresentado crescimento robusto e inflação a níveis controláveis, não ter feito diversas reformas que ainda carece.

Por fim, fazer uma análise mais detalhada do atual governo da presidenta, Dilma Roussef, e entender a razão dela “entregar” um crescimento econômico pífio, e tentar compreender os motivos pelo qual os investidores estão receosos em investir no Brasil. Fato que acabou resultando nas últimas semanas com a capa da revista The Economist mostrando o declínio de credibilidade que o país tem sofrido, e a possibilidade do país ter perdido a janela de oportunidade que havia sido aberta uma década antes. A discrepância entre as capas, em um intervalo de apenas quatro anos ratifica a preocupação atual.



O momento é preocupante a ponto de já estar sendo considerada eminente a redução da nota do país, perdendo assim o “selo” de investment grade.

Concluimos buscando alternativas para o país retomar a credibilidade dos investidores e a trajetória de crescimento positiva, e a importância das eleições presidenciais de 2014 diante desse contexto.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a composição desse trabalho se deu prioritariamente a partir de base documental. Jornais como “Valor Econômico” e “O Globo”, atas de reuniões do Banco Central brasileiro, além de visitas periódicas ao Bloomberg e a dados da Agência Reuters, a partir dos terminais eletrônicos.

Dois livros também tiveram forte influência na pesquisa, sendo o primeiro o “Brasil Pós-Crise”, que reúne diversos artigos escritos por diferentes autores, organizado por Fabio Giambiagi e Octavio de Barros, e “O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate”, organizado pelo Edmar Bacha e pela minha professora orientadora, Mônica de Bolle.

Dados do Ministério da Fazenda e do Banco Central Brasileiro também foram utilizados para a conclusão do presente estudo.

4. Breve resumo do FHC e o motivo de não conseguir eleger seu candidato na eleição presidencial de 2002

Após um longo período com o povo convivendo com a hiperinflação e seus diversos planos econômicos fracassados, em 1993, no governo Itamar Franco, liderados pela equipe econômica, do até então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a população brasileira conheceu o plano Real, a moeda que seria o primeiro passo para a estabilização econômica do país.

No ano seguinte, com a imagem fortemente atrelada à nova moeda que dava sinais de vitalidade, FHC vence as eleições e assume o país em janeiro de 1995.

Uma vez no governo, o foco do presidente e de sua equipe econômica era sustentar a moeda em um patamar saudável, de forma que mantivesse a inflação controlada. Para atingir tal objetivo, o aumento da taxa de juros foi o remédio utilizado com maior frequência.

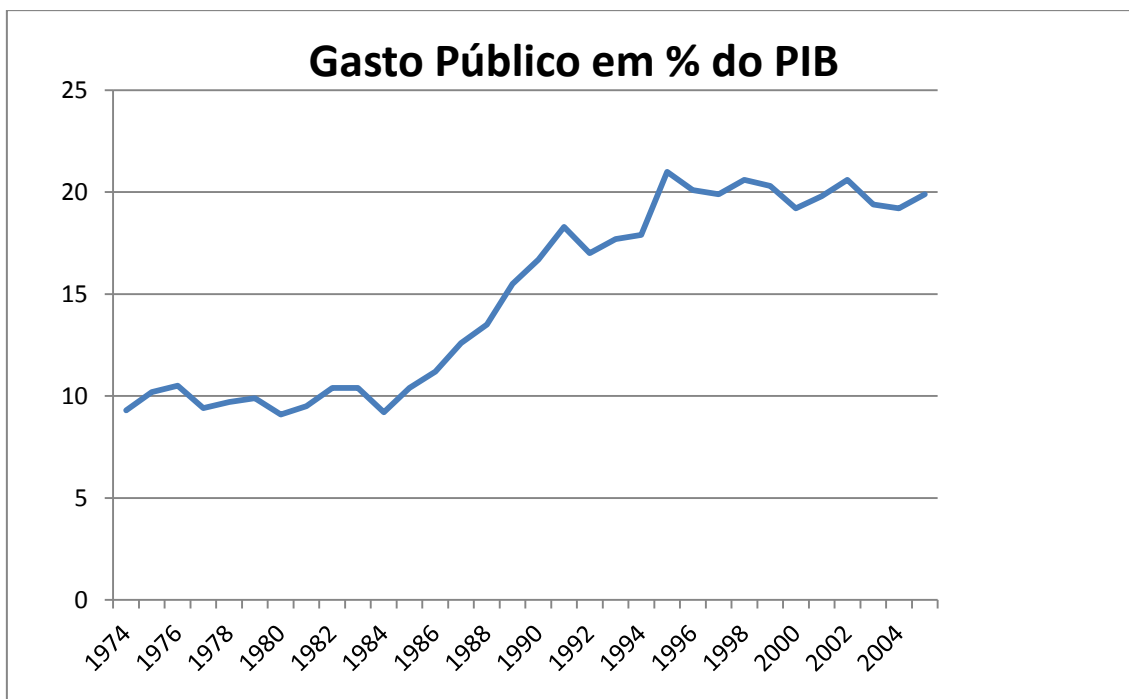
4.1 - Reformas Estruturais

FHC conduziu o país a algumas reformas que já se faziam necessárias há anos, mas o ambiente político não havia permitido ocorrer.

4.1.1 - A primeira delas foi a reforma da Administração Pública Federal, mais conhecida como “Reforma Gerencial de 1995”.

O objetivo dessa reforma era melhorar a eficiência e agilidade do serviço público, substituindo o modelo de administração burocrática pelo de administração gerencial, além reduzir os gastos públicos.

O gráfico abaixo confirma que os gastos públicos, após forte elevação no período da hiperinflação, se estabilizaram no governo FHC em torno dos 20%.



4.1.2 – Privatização de empresas

Para ilustrar as dificuldades que o presidente teve para seguir em frente com as privatizações, segue trecho em que Fernando Henrique Cardoso orienta Armínio Fraga para a sabatina no Senado para aprovação como presidente do BC,

... o Brasil não gosta do sistema capitalista. Os congressistas não gostam do capitalismo, os jornalistas não gostam do capitalismo, os universitários não gostam do capitalismo. E, no capitalismo, têm horror aos bancos, ao sistema financeiro e aos especuladores. (...) Eles não sabem que não gostam do sistema capitalista, mas não gostam. Gostam do Estado, gostam de intervenção, do controle, do controle do câmbio, o que puder ser conservador é melhor do que ser liberal. Essa é uma dificuldade imensa que temos, porque estamos propondo a integração do Brasil ao sistema internacional. Eles não gostam nem do capitalismo nacional, quanto mais do internacional, desconfiam de nossa ligação com o sistema internacional. O ideal, o pressuposto, que está por trás das cabeças, é um regime não capitalista e isolado, com Estado forte e bem-estar amplo. Isso tudo é utópico, as pessoas não têm consciência”

Mesmo assim, FHC enfrentou a oposição, perpetrada principalmente pela figura do Partido dos Trabalhadores, e privatizou empresas como a Vale do Rio Doce, que se tornou a maior empresa privada do Brasil, e o sistema telefônico brasileiro, que era altamente deficitário, caro e ineficiente.

Além disso, FHC sancionou a lei do Petróleo, que acabou com o monopólio estatal do setor no país, abrindo espaço para a entrada de empresas estrangeiras visando aumentar a concorrência interna e assim, reduzir os preços praticados.

4.1.3 – Reforma Previdenciária

Buscando reduzir o “rombo” nas contas previdenciárias, em 1998, o presidente decide realizar uma reforma no sistema. Pelo novo processo, o tempo de serviço é substituído pelo tempo de contribuição, alterando assim a forma de contagem de tempo de aposentadoria.

Além disso, a principal contribuição na reforma foi à instauração do fator previdenciário, que infere que o valor do benefício é diretamente proporcional ao tempo trabalhado, que na prática funcionou como incentivo para o trabalhador se aposentar mais tarde.

4.1.4 – Reforma Fiscal

A principal contribuição na área fiscal se deu no ano 2000, com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, que tinha como objetivo impor um rigor maior na execução do orçamento público.

A partir da LRF, os Estados e Municípios estão sujeitos a limites no nível de endividamento e no que diz respeito aos gastos com funcionalismo público.

4.2 - Transferência de renda

No governo tucano, foi criado o programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação que eram destinados à transferência de recursos à população de baixa renda que chegou a atingir mais de 5 milhões de famílias.

4.3 - Tripé Econômico

Após explicar as reformas e políticas públicas adotadas pelo governo FHC, vale abrir um espaço para analisar o principal pilar da economia brasileira estabelecido nos anos de gestão tucana.

O tripé econômico diz respeito a três “leis” que o governo deveria seguir:

- a) Adoção de câmbio flutuante
- b) Regime de metas de inflação
- c) Responsabilidade fiscal, com a geração de superávits primários

A instauração do tripé aumentou a credibilidade do governo e a confiança dos investidores nacionais e internacionais, podendo ser considerada a principal contribuição do presidente FHC para o forte crescimento que seria observado nos anos seguintes.

4.4 - Crises Internacionais

Durante o mandato de Fernando Henrique houve algumas crises externas que balançaram o governo.

Em 1997, ocorreu a crise asiática, composto em grande parte pelas economias emergentes do sudeste do continente, como Tailândia, Malásia e Coreia do Sul. Apesar da crise ter tido algum impacto no mercado global, principalmente a partir da elevação da taxa de juros nos EUA, a grande importância dela foi ter sido precursora da crise russa de 1998.

O fim da URSS colocou a economia russa em uma década de taxas negativas de crescimento do PIB, altas taxas de inflação e forte desemprego, estimada em 15% da população economicamente ativa. Mesmo assim, o país ainda era capaz de honrar seus compromissos.

Contudo, isso mudou com a crise asiática que enxugou a oferta de crédito e reduziu os preços das *commodities* exportadas pela Rússia. Sem conseguir se financiar no mercado globais, a Rússia decreta moratória da sua dívida externa.

Assim, países com alto endividamento externo e conta corrente deficitária seguiram o caminho da Rússia e ficaram vulneráveis ao novo panorama mundial. Como era de esperar, o Brasil foi atingido em janeiro de 1999.

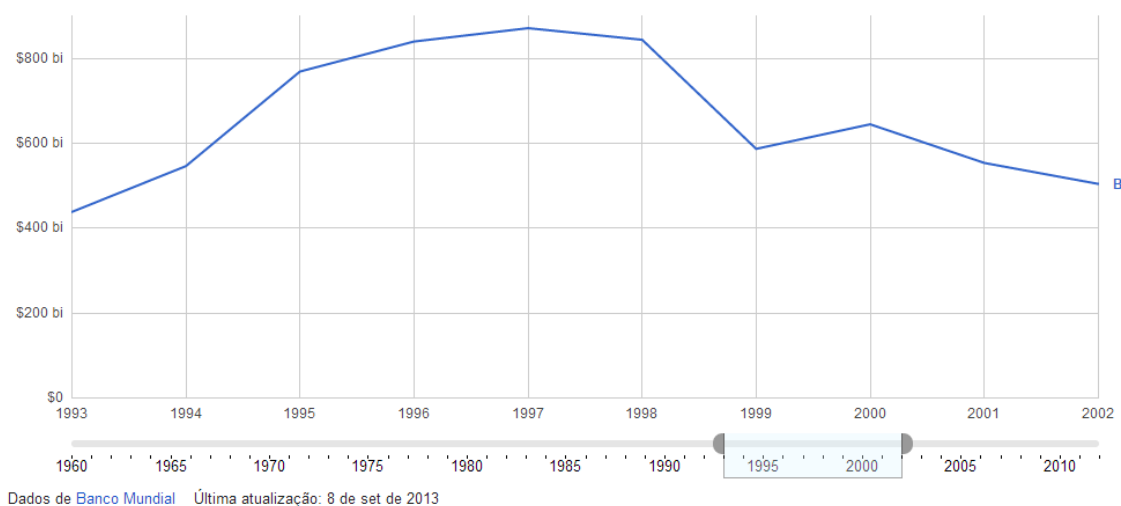
Dois anos depois da crise russa, a Argentina, importante parceiro comercial brasileiro declarou moratória da sua dívida.

O desemprego no país passava de 15%, a enorme dívida externa do país gerou uma forte desconfiança do mercado internacional ante o cumprimento dos pagamentos argentinos.

Sem conseguir alterar a política monetária, uma vez que estavam presos por uma paridade de um para um do peso argentino com o dólar, o câmbio fixo imobilizou as ações dos formuladores de política, forçando o governo a anunciar a moratória em 2001.

A crise argentina teve forte impacto no Brasil, que verificou seu PIB cair de US\$ 843,82 bilhões para US\$ 586,86, que representou uma queda de 4,38%.

Segue abaixo tabela com a evolução do PIB brasileiro entre os anos de 1993 e 2002.



4.5 - Eleição de 2002

Apesar de ter realizado diversas reformas estruturais, ter conduzido o Brasil razoavelmente bem nas crises que enfrentou e ter instaurado os três pilares da economia

brasileira, além de ter sido eleito democraticamente duas vezes com vitórias no primeiro turno, FHC não conseguiu fazer seu sucessor na presidência.

O candidato era José Serra, que havia sido nomeado Ministro do Planejamento e em seguida da Saúde no governo de Fernando Henrique. No Ministério da Saúde promoveu a quebra de patentes que barateou diversos remédios no mercado brasileiro.

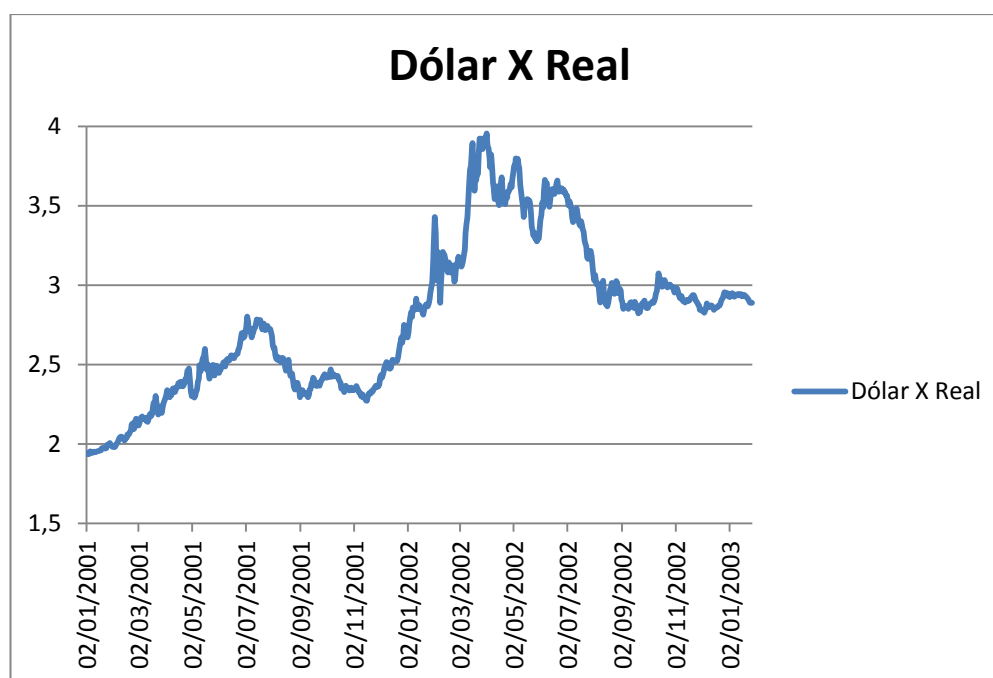
Mesmo com todas essas credenciais, Serra acabou derrotado por Luis Inácio Lula da Silva, que fora derrotado nas duas eleições anteriores por FHC.

O principal motivo de não ter conseguido eleger seu sucessor parece ter sido a crise energética de 2001, conhecido como apagão. A crise ocorreu devido a ausência de chuvas no período, que atrelada a falta de planejamento e investimentos em geração e distribuição de energia acarretou na obrigatoriedade de um racionamento. Nesse período a população brasileira teve que reduzir o consumo de energia para atingir uma meta mínima de consumo estipulada pelo governo.

O racionamento foi adotado e o país conseguiu sair da situação com a volta das chuvas no fim de 2001, e o fim do racionamento em fevereiro de 2002, mas para as eleições parecia que o efeito negativo já estava incorporado na população. A perda de bem estar gerada pelo racionamento é extremamente impopular e parece ter sido o principal causador da derrota de José Serra.

5. O governo Lula

Em 2003, após vencer as eleições, Luis Inácio Lula da Silva assume a presidência do país sob forte crise de credibilidade. Os investidores estrangeiros retiraram seus investimentos do país sob o medo de que o “projeto petista”, entende-se por isso o calote da dívida externa brasileira e o regresso em algumas das reformas implementadas pelo seu antecessor, fosse colocado em prática. Como consequência natural, o dólar disparou tendo quase atingido o patamar de R\$ 4,00/dólar.



Para abafar a crise, o Lula, ainda em campanha, precisou escrever uma carta para o povo brasileiro, e que serviu para os investidores de todo mundo, afirmando que não romperia com os contratos e obrigações do país. Segue parte da carta:

"O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro..."Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será

compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista...Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do País."

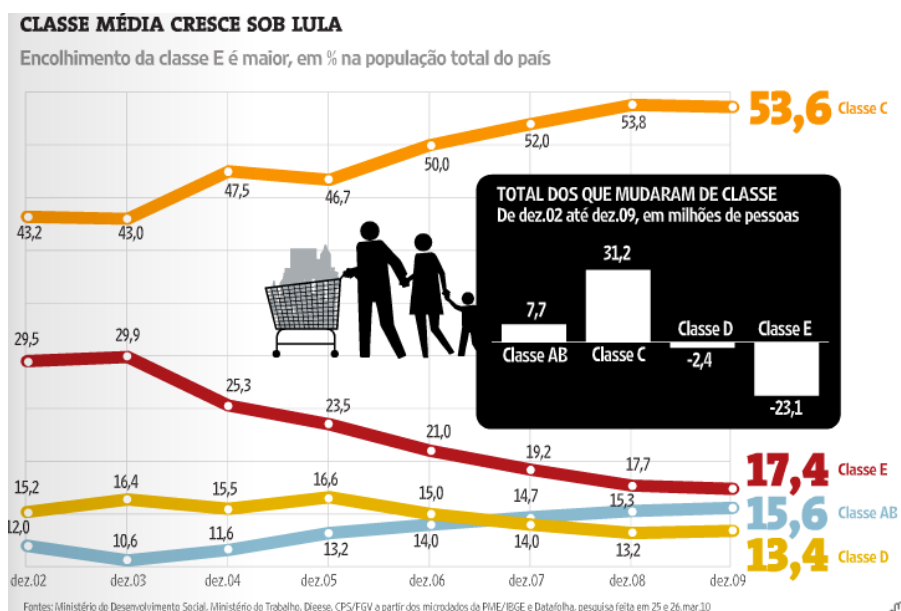
Uma vez eleito, Lula cumpriu a promessa escrita na carta e convidou Henrique Meirelles, economista respeitado e conhecido do mercado por ter construído uma sólida carreira no Bank Boston, para assumir a presidência do Banco Central brasileiro, a fim de dizimar o que ainda restava de apreensão em torno da sua eleição.

Além disso, manteve-se rígido, pelo menos no primeiro mandato, ao tripé econômico estabelecido no governo anterior.

A economia global cresceu bastante nesse período, e a manutenção da política econômica foi fundamental para atrair os investidores de volta, que estavam ávidos para investir em países emergentes com um nível de credibilidade razoável.

Esse período de excesso de dinheiro e bonança mundial foi particularmente bom para o Brasil, porque boa parte desse crescimento era puxado pela China, maior importadora mundial de commodities.

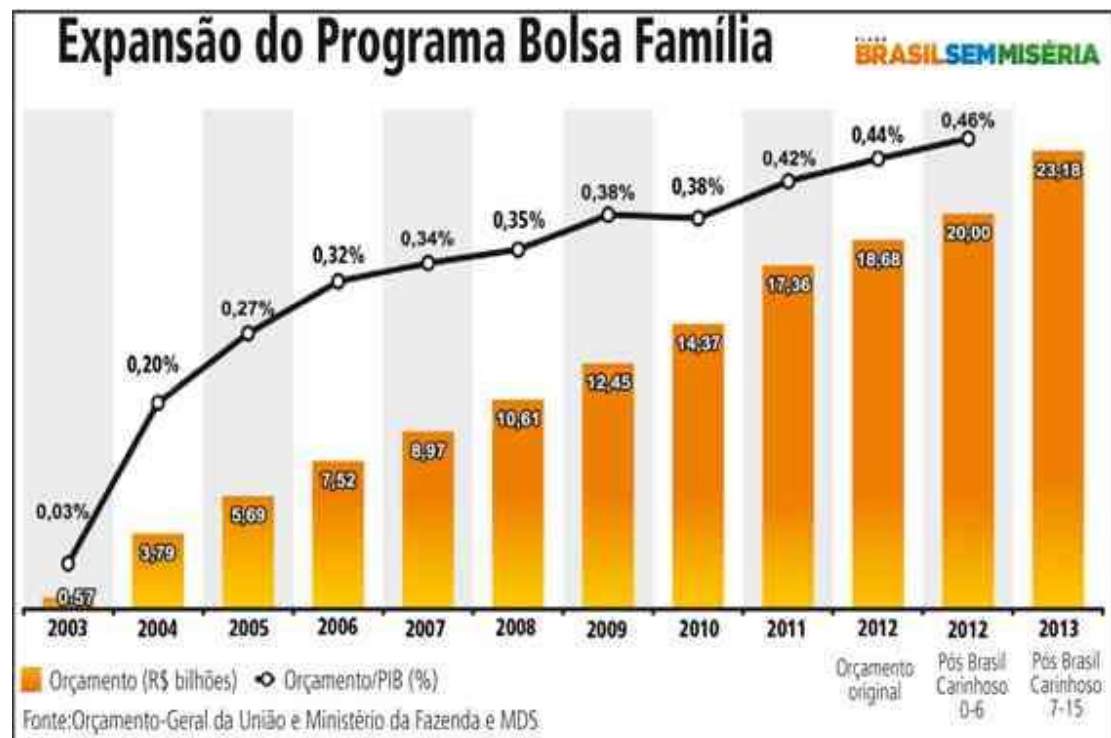
Esse período foi marcado pela inserção de milhares de pessoas à classe média brasileira, e um período em que o consumo teve forte impacto no crescimento nacional.



Com crescimento de 3,5% a.a e inflação controlada, Lula se reelege em 2006, apesar de apenas um ano antes ter sido deflagrado o maior esquema de corrupção da história do país, mais conhecido como Mensalão, em que a base petista usava dinheiro público para que políticos votassem junto ao governo.

5.1 Reformas

Há de se destacar que no âmbito social, o presidente fundiu os programas Bolsa Alimentação e Bolsa Escola, e “criou” o Bolsa Família, expandindo o programa por boa parte do Brasil, atingindo mais de 10 milhões de pessoas.



Contudo, se discute porque o presidente não aproveitou o bom momento da economia brasileira e mundial, e o alto nível de popularidade, para dar seguimento à agenda de reformas, principalmente no que diz respeito ao complexo sistema tributário brasileira e da previdência.

5.2 - Crise de 2008

Em 2008, a quebra do quarto maior banco americano, o Lehman Brothers, deflagrou a crise financeira mundial que já havia iniciada um ano antes.

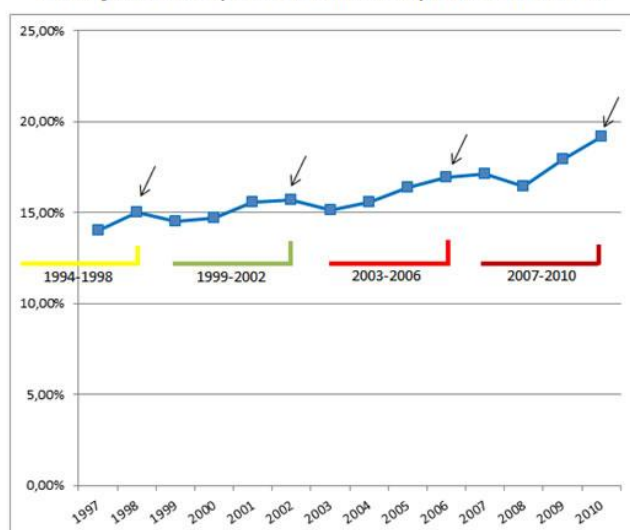
Entretanto, o país conseguiu, em um primeiro momento, responder bem a escassez de recursos externos, devido ao bom nível de reservas que o BC havia sob sua tutela, não permitindo assim que o dólar disparasse, como ocorrera em outras crises internacionais.

Medidas de caráter anticíclico foram tomadas, houve desoneração de diversos impostos como IPI e da folha de pagamentos, que permitiu que o país continuasse sua trajetória de crescimento, após o abalo forte do fim de 2008.

Contudo, a retirada dos estímulos foi tardia, e o governo passou a combinar política monetária e fiscal expansiva, que viria a refletir mais tarde na inflação.

A demora em retirar os estímulos e reduzir gradativamente o consumo ocorreu em grande parte para eleger Dilma Rousseff em 2010. Após o enfrentamento correto ante a crise, Lula, no ano da eleição presidencial, convocou sua, então, ministra da Casa Civil para ser a candidata, contrariando a direção do seu partido. Como Dilma era pouco conhecida do povo brasileiro, ele passou a levá-la a todas as inaugurações e o principal, expandiu ainda mais a agenda fiscal, que no final do ano levaria o Brasil a um crescimento extraordinário de 7,5%, bem acima do produto potencial nacional.

Evolução da Despesa da União em percentual do PIB



Fonte: Elaboração própria com dados do Tesouro Nacional

O gráfico acima reitera a afirmação. Como se pode notar, em todo ano eleitoral houve um aumento fiscal, mas nenhum comparado ao ocorrido no ano de 2010.

Não é preciso dizer que o próximo capítulo começará com a herança inflacionária que foi uma das grandes causas pelo crescimento pífio apresentado no governo Dilma.

6. Governo Dilma

Em 2011, Dilma Rousseff chega ao Palácio do Planalto sendo a primeira mulher na história do país a atingir a presidência da República.

Contudo, como dito no capítulo anterior, os custos para elegerem acabaram virando contra seu próprio governo. Paradoxalmente, o que a fez ser eleita acabou se tornando a “herança maldita” do seu antecessor.

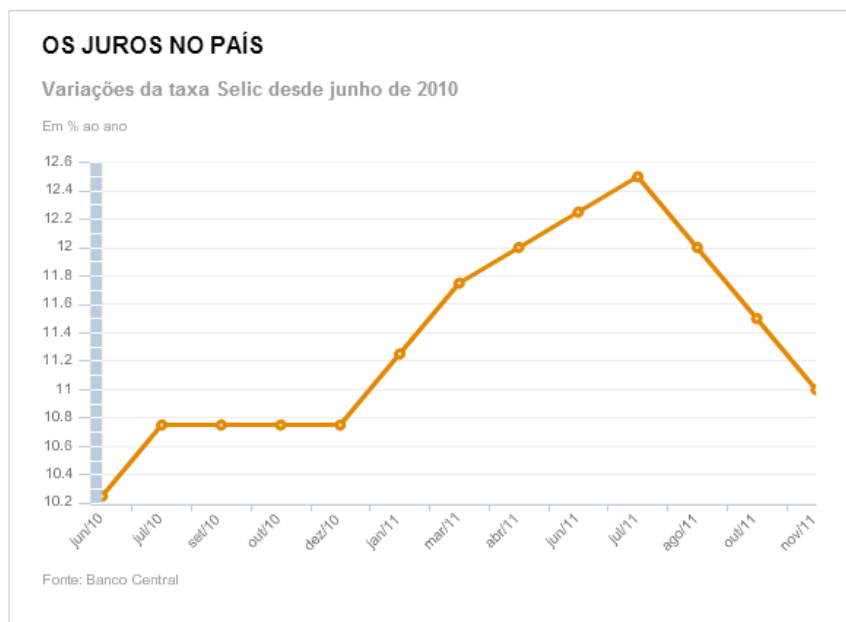
6.1 – Atuação do Banco Central

Como substituto de Henrique Meirelles, Dilma convida Alexandre Tombini, economista que já fazia parte do BC, e que apesar de respeitado pelo mercado, tinha fama de ser um pouco mais leniente com a inflação.

O nível de preços da economia voltou a subir com força em 2011, atingindo o pico de 7,31% em setembro. Mesmo assim, diante do cenário econômico mundial, o BC decidiu inverter a lógica prevalecente no mercado e que vigorara nas cinco primeiras reuniões do ano, e em agosto de 2011, trocou de direção na trajetória de juros, apontando agora para um afrouxamento monetário e reduzindo os juros em 0,5 p.p.

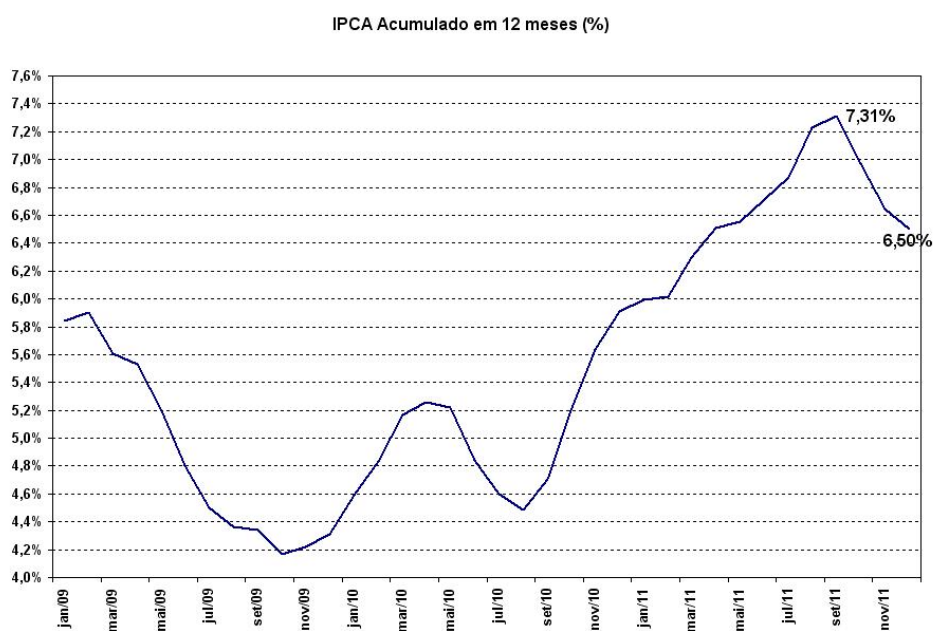
Em nota distribuída ao mercado após a reunião, o Banco Central afirmou:

"Reavaliando o cenário internacional, o Copom considera que houve substancial deterioração, consubstanciada, por exemplo, em reduções generalizadas e de grande magnitude nas projeções de crescimento para os principais blocos econômicos."



A inversão da trajetória desorientou os mercados e pode-se dizer que foi nesse período que aumentou a discrepância entre as expectativas do BC e do mercado.

Evidentemente que o crescimento insustentável de 7,5% de 2010, atrelado ao afrouxamento monetário do segundo semestre de 2011 e a política fiscal expansionista resultaria em uma inflação alta, tendo ficado no teto da banda de 2 p.p, em 6,5% no ano, com o governo controlando ou postergando diversos aumentos que não são da alçada federal.



E o descompasso entre a inflação esperada e a que de fato ocorre continua até agora no governo Dilma, piorando a relação de credibilidade que o mercado tem no BC.

6.2 – Política Econômica

O mercado entendeu que o governo Dilma aceitou combinar uma taxa de inflação acima do centro da meta para que não tenha que reduzir o nível de crescimento ou aumentar a taxa de desemprego, em nível historicamente baixo.

O principal causador de tal descompasso entre as expectativas ancoradas pelo governo, é a comunicação feita pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que sempre com sua visão otimista, ou melhor, fora da realidade, na vã tentativa de guiar os mercados para o que ele afirma, aumenta o gap entre as expectativas. Parece que nosso ministro não entende que quando mais prometer algo que não é factível e não acontecerá, mais os investidores perderão a confiança de investir no Brasil.

O resultado dessa queda de braço entre governo e mercado é que os investidores já incorporam uma meta de inflação bem mais elevada que o centro oficial, de 4,5%.

A manutenção da política fiscal expansionista impede que os juros se mantenham em um nível razoável, e no ano de 2013, a taxa básica de juros, Selic, retomou o patamar de juros de dois dígitos para tentar novamente segurar a inflação, que de acordo com Mantega sempre “cairá a partir do ano que vem”.

Ainda, a perda de credibilidade das instituições brasileiras está muito atrelada a forte interferência do governo petista na economia. O novo risco está concentrado na possibilidade do fim do tripé econômico brasileiro. A meta de superávit primário não está sendo cumprida, e o pior, o governo usa da “contabilidade criativa” para criar a falsa impressão de que estão sendo.

6.3 - Petrobras

A interferência errônea pode-se notar também a partir da análise da gestão da maior empresa do país, a Petrobras. Pela primeira vez em treze anos, a estatal, no segundo semestre de 2012, registrou prejuízo. A lógica da gestão governamental só poderia resultar em prejuízo, uma vez que a empresa estava impossibilitada de repassar o aumento dos custos do petróleo no mercado internacional. Assim, a Petrobras importava a um preço superior ao que vende no mercado nacional, contrariando qualquer razoabilidade administrativa.

Essa questão se mantém ainda atualmente, e apesar de todos os problemas de caixa que a empresa sofre, o governo exigiu que ela tivesse participação mínima de 30% nos leilões do pré-sal. O resultado de toda essa interferência pode ser visto a partir do desempenho das ações das empresas negociadas na BM&F Bovespa. Abaixo, o gráfico da ação preferencial, PETR4, do início de 2007, até o último pregão de novembro de 2013.



6.4- Interferência no Setor Elétrico

A intervenção do governo também foi percebida no setor elétrico nacional. A partir da criação da Medida Provisória (MP) 579, novas regras de renovação de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia foram adotadas a fim de reduzir as tarifas cobradas pelas empresas do setor. Contudo, como escreve Wilson Ferreira Júnior, no livro “Brasil Pós-Crise”...

“Em um setor que requer investimentos elevados e prazos de retorno longos, é essencial que haja definição clara e estabilidade do marco regulatório, eliminando incertezas.”

Dessa forma, não foi surpresa avaliar que os investimentos caíram, e a tão propalada redução da tarifa de energia ocorreu, mas não da forma que fora anunciada pela presidenta.

Ratificando essa ideia, os especialistas Adriano Pires e Abel Holtz, em pesquisa para o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) concluíram que:

“A intervenção estatal desastrosa no processo de renovação das concessões gerou efeitos negativos, que culminaram na redução da confiança dos investidores.”

Apesar de acreditar ser necessário baixar as tarifas de energia no país, que estão entre as mais altas do mundo, não se atacou os principais problemas do setor, que estão na forma abusiva em que são tributados. O governo assim, mais uma vez, pressiona a rentabilidade das empresas e mantém sua receita através de impostos praticamente intacta. É o que afirma Wilson Ferreira na conclusão do seu capítulo...

“... a construção de uma agenda para o setor elétrico no Brasil requer a atuação em várias instâncias, para garantir a integridade técnica, econômica e financeira do próprio setor, sem a qual qualquer política setorial pode mostrar-se insustentável, por mais bem intencionada que seja.”

6.5 – A questão educacional

No sistema educacional brasileiro, apesar do foco se manter na atuação de nível superior, o programa FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) do governo federal tem apresentado robusto crescimento e boa taxa de conclusão do ensino, além é claro de reduzir o problema da inadimplência, diminuindo o PDD.

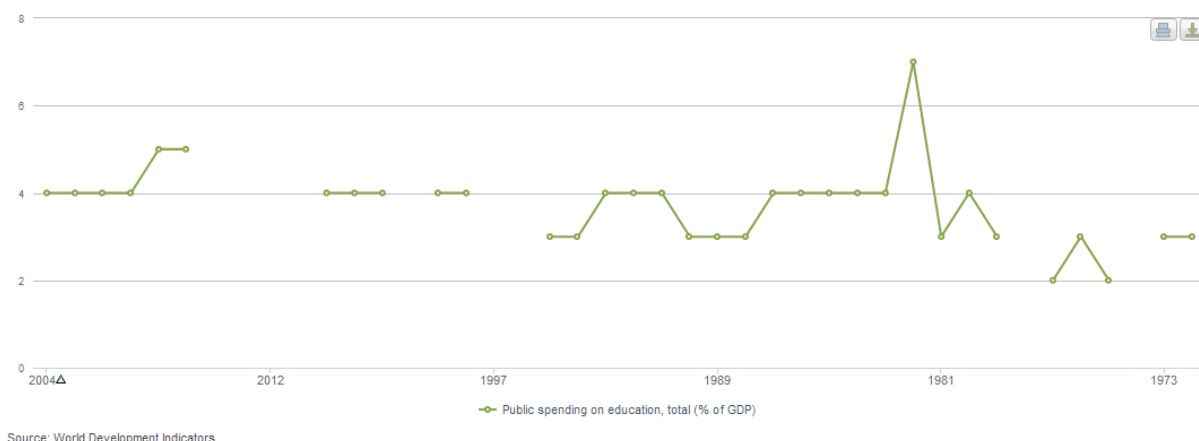
Outro segmento que o governo vem dando enfoque é o Ensino de Educação à Distância (EAD), que tem apresentado crescimento forte, uma vez que o custo por aluno é 3 vezes inferior ao percebido nos cursos presenciais.

Contudo, o gargalo maior para a melhoria da educação no país ainda está no ensino básico.

Escolas sem condições para funcionar, professores mal remunerados e um sistema pouco atrativo para o aluno são uma combinação trágica para a evolução educacional.

O problema foi detectado e tem sido atacado pelo governo. A questão é que a solução mais uma vez vem através de medidas populistas e não de eficiência. Pretende-se agora engessar ainda mais o orçamento federal e destinar 10% do PIB brasileiro para a educação. Contudo, o ponto a ser enfrentado não é a falta de recursos, pois eles existem e em boa proporção do PIB, o problema que deve ser combatido é de gestão dessa verba. A eficiência da gestão estatal até o momento tem se mostrado desastrosa, e na eminência de diminuir o clamor popular por melhorias, o governo se compromete com uma meta de gastos fora da realidade.

Peguemos o exemplo da Coreia do Sul que há trinta anos tinha taxas parecidas com as brasileiras quanto à educação do seu povo.



Como é possível perceber no gráfico, mesmo um país que deu um salto de qualidade educacional exponencial como a Coreia do Sul, os gastos com educação nunca foram superiores a 7% do PIB, comprovando a tese de que o problema é gestão dos recursos, e principalmente, foco, pois a política de valorização da educação básica demora a dar resultados e, portanto, acaba sendo descartada em detrimento à políticas voltadas ao ensino superior, que apesar de não serem erradas, não atingem ao núcleo da questão.

6.6 - Papel errôneo do BNDES

Apesar de crescido muito nos últimos anos, reforçando o papel no financiamento da infraestrutura e sendo usado como válvula de escape na concessão de crédito à época mais aguda da crise de 2008, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) precisa repensar sua atuação. Como escrevem Fabio Giambiagi, Gil Bernardo Borgel Leal, Maurício Mesquita Moreira e Paulo de Sa Campello em co-autoria do capítulo do futuro do BNDES no livro “Brasil Pós-Crise”...

“espera-se que nos anos vindouros sejam removidos os obstáculos que inibiram a entrada do setor privado no financiamento de longo prazo... é razoável que o BNDES ocupe uma menor fração desse espaço”.

Portanto, diminuir o escopo de atuação é fundamental para que o país se desenvolva a partir do crédito privado, pois o período de hiperinflação que inibia os bancos a emprestarem por longos períodos não existe mais.

Ainda, o foco do banco deve mudar, saindo da política de criar “campeões nacionais”, ou seja, dar crédito para conglomerados empresariais que teriam acesso à crédito nas instituições privadas, e injetar recursos em pequenas e médias empresas, onde problemas como assimetria de informação são mais relevantes.

Conclui-se que emprestar para empresas que conseguiriam recursos por outros meios apenas retarda a entrada do mercado privado, enquanto que setores e atividades que possuem externalidades negativas deveriam ser mais atacadas pelo Banco, a fim de desenvolver áreas que o crédito privado não atinge.

7. Conclusão

A partir do estudo realizado entende-se que o governo FHC foi fundamental não só na “criação” do real (na verdade foi no Governo Itamar Franco, e FHC era o Ministro da Fazenda), mas na manutenção e estabilização da moeda. Além disso, as diversas reformas implementadas e principalmente a instauração do tripé econômico foram fundamentais para o progresso que o Brasil assistiria nos anos seguintes.

Por seguinte, Lula entrou no poder em uma oportunidade única, pois experimentou uma fase de bonança mundial que proporcionou-lhe virar esse “mito” que é atualmente. Mesmo assim, deixou de aproveitar esse período excelente para dar continuidade a agenda de reformas iniciadas pelo seu antecessor.

O governo Dilma já se iniciou amaldiçoado pelo crescimento insustentável de um ano antes que a elegeu. Mesmo assim, a interferência do governo em esferas que não deveria se manifestar, a perda de credibilidade das instituições, entre elas o BC, e principalmente o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, ajudaram a presidenta a amargar um governo de crescimento pífio e inflação bem acima do centro da meta.

O futuro do Brasil ainda não está perdido. Ainda há tempo para recuperar os pilares econômicos que sustentaram o crescimento da última década, contudo não há mais tempo a perder. As eleições de 2014 se desenham como uma das mais disputadas dos últimos anos, e a troca de comando, seja via PSDB, provavelmente com Aécio Neves, ou via PSB, com a dupla Eduardo Campos e Marina Silva, parece ser o único caminho capaz de trazer o investidor a observar o país novamente, largando esse peronismo disfarçado que se transformou o Brasil.

Para encerrar o estudo, destacando o importante e verdadeiro papel do governo, Gustavo Franco, afirmou no livro “O Brasil tem jeito?”...

“...o investimento privado é determinado de forma descentralizada, individual. É um complexo processo social, uma teia de decisões interdependentes que precisa de uma atmosfera positiva, na qual horizontes precisam ser claros, a carga tributária moderada, o custo do capital razoável, a macroeconomia previsível, o marco regulatório consolidado, o mercado de capitais profundo, os investidores institucionais

prestigiados, o empreendedorismo celebrado e a chance de intervenção discricionária de autoridades de vezo redentor desprezível.”

8. Referência Bibliográficas

Site Infoescola:

<http://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-henrique-cardoso/>

Site do Wikipedia:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso

Site do IBGE:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/despesaspublicas/financaspublicas_2003/defaulttab.shtm

Site Cultura Brasil:

http://www.culturabrasil.org/previd_10pt.htm

Site do Jornal Estadão:

<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,carta-aos-brasileiros-em-2002-mostrou-face-moderada,506720,0.htm>

Site da Exame:

<http://exame.abril.com.br/mercados/cotacoes-bovespa/acoes/PETR4/grafico>

Site do Banco Central Brasileiro:

<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>

Site do FIES

<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>

Site do Banco Mundial:

<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/chart.aspx#>

Giambiagi, Fábio; Barros, Octavio (2009) “Brasil Pós-Crise”. Rio de Janeiro: Elsevier Editora